

Igreja, Povo que se Liberta: III Encontro Intereclesial de Comunidades de Base

Em 1975, o Primeiro Encontro de Vitória, ES, reuniu principalmente bispos e agentes de pastoral, que, a partir da reflexão de alguns peritos sobre 10 relatórios vindo da base, representando comunidades de 6 estados, buscaram delinear o perfil e descobrir as características desta nova Igreja, refletida na fase das Cebbs. Só por isso, foi o Encontro teologicamente significativo.

Em 1976, tivemos já na presença de representantes da base, que, juntamente com bispos, peritos e agentes de pastoral, conviveram 4 dias em reflexões e orações. Foi um passo extremamente importante. As bases, em sua simplicidade e pobreza, encontravam um espaço eclesial, onde podiam fazer ecoar sua palavra sofrida e evangélica. Era uma palavra que buscava, como uma planta ainda mergulhada na escuridão do solo, lançar-se para fora em direção à luz. Palavra que se tornava pública, em meio ao borbórinho das palavras eruditas dos intelectuais eclesiásticos. As duas palavras conviveram fraternas, dialogantes, mas ainda guardando certo paralelismo. Recordo-me como naquele encontro um agricultor de Goiás dizia, que somente para atender a palavra eclesiogênese", que figurava como título de um dos textos, necessitava de um dia.

Este III Encontro de João Pessoa deu o passo desejado, ardentemente esperado. As bases tomaram a palavra. Os peritos, os bispos, os agentes de pastoral calaram-se, a fim de ouvir. A palavra estava nas mãos dos simples, dos pobres, daqueles que, em profunda sintonia com o Pobre de Nazaré, fizeram ecoar a Boa Nova da libertação, na sua dupla dimensão de sofrimento (cruz) e de esperança (ressurreição). Esta foi a grande novidade alvissareira. A voz rude do homem do campo e a palavra sofrida do operário ocuparam praticamente todo o espaço do Encontro. Durante 4 séculos, as elites seqüestraram para si o domínio total sobre a palavra, deixando as classes populares reduzidas à linguagem não-verbal dos ritos, dos gestos ou ao código velado do oprimido ou ao eco empobrecido da palavra dominante, ou ao silêncio do sofrimento. Tal fenômeno social reproduzia-se, de modo peculiar, mas não menos real, dentro da Igreja. Eis que depois desse diuturno silêncio rompe clara, forte, livre, a palavra do povo em assembléia eclesial de densa representatividade, superior a tantos concílios, sínodos, assembléias episcopais ao longo da história da Igreja. E quando se fala de povo, não se usa nenhuma palavra ambígua, polissêmica. Tem uma densidade teológica muito clara e encontra sua concretude em nível de classe social. Teologicamente exprime aquelas pessoas, que estavam presentes no Encontro, conscientes de sua fé em Jesus Cristo, e de sua pertença a uma comunidade viva de Igreja. Sociologicamente, são aqueles que representam dentro de nosso sistema econômico, seja a imensa massa de marginalizados, seja a mão-de-obra explorada. São pobres. Vivem na imensa incerteza do amanhã, em nível de sobrevivência, uma vez que o presente já se mostra extremamente duro e sofrido. O termo que essas pessoas mesmas usavam freqüentemente para autodefinirem-se era, sobretudo, "base". Numa palavra, nesse Encontro a "base" falou. Os outros ouviram, aprenderam e, quem sabe, perceberam, em maior profundidade, um pouco mais do mistério de Jesus pobre, cercado exatamente de pessoas do mesmo nível religioso, cultural e social daquelas que estavam lá.

João Pessoa foi o local escolhido. Eclesialmente, representa o reconhecimento do significado pastoral do trabalho que a Igreja de lá está desenvolvendo nesse campo. Um Encontro dessa pureza evangélica só poderia acontecer numa Igreja que já se convertera, desde seus pastores até os agentes de pastoral, para o povo. Uma Igreja pobre, voltada para o pobre, acolhe na alegria de sua pobreza aquelas comunidades de base. Havia perfeita sintonia entre os que chegavam e os que acolhiam. Todos percebiam que a regra fundamental do Encontro era o respeito a cada um dos participantes, não em virtude de sua veste ou bagagem teológica, mas simplesmente de sua realidade humana, sobretudo quando refletia

em sua pobreza o amor privilegiado de Deus. Naturalmente, o espírito evangélico da Igreja de João Pessoa, que constituiu o quadro envolvente de todo Encontro, não se deve somente às figuras ímpares de seus dois bispos, D. José Maria e D. Marcello, na sua coragem profética, na grandeza espiritual e intelectual de toda sua atividade pastoral, nem também unicamente à equipe diocesana de coordenação, também ela de extremo valor, mas sobretudo à presença límpida e pura de tantos homens e mulheres da base, imbuídos de profunda fé, de corajosa esperança e de inquebrantável amor fraterno. Sem dúvida, João Pessoa é uma das Igrejas particulares do Brasil de maior significação apostólica dentro da linha traçada pelo episcopado do Continente em Medellín. Nesse sentido, podemos compreender como aquele corpo eclesial de gente humilde e pobre, pouco conhecedor dos caminhos jurídicos das eleições da CNBB, sentiu, num gesto sem dúvida profético, o desejo de que o representasse em Puebla alguns dos bispos mais comprometidos com a sua caminhada pastoral. Assim, aconteceu por iniciativa da base, deixando-nos todos surpresos, uma eleição simbólica, quanto ao estatuto jurídico presente, mas que para a base tinha a seriedade e gravidade um ato eclesial. Tratou-se da escolha por parte da grande assembléia de 4 bispos, 4 agentes de pastoral e 4 pessoas da base para serem os representantes da "Igreja de base" em Puebla. Os nomes dos 4 bispos são de si eloqüentes da percepção por parte dos pobres daqueles que estão realmente ao lado deles em toda essa caminhada de sofrimento, de opressão em busca da libertação total, de que fala Paulo VI. São eles D. José Maria, D. Pedro Casaldáliga, D. Tomás Balduino e D. Luiz Fernandes. Este pedido ficou de ser feito ao Papa, como expressão do gesto de esperança de tantos pequeninos de todo o Brasil, já que lá havia representantes desde o Acre até o Rio Grande do Sul. Era difícil para aquele povo simples compreender como aqueles bispos não tinham sido escolhidos, já que eram para eles tão significativos no sentido do compromisso evangélico com os pobres até o risco da vida. São gestos evangélicos e proféticos, que nos põem a pensar e nos remetem ao espírito das Bem-aventuranças.

Politicamente falando, o ambiente na Paraíba não refletia a distensão de que tanto se fala e mesmo se respira no Sul. Pesava no ar certo medo de alguma razão da repressão, mesmo durante o Encontro. Dois dias após seu término, o arcebispo D. José Maria denunciou, em nota oficial, a existência, segundo dados de pessoa que tem acesso aos órgãos de informação, de um plano para seqüestrar e eliminar do Coordenador do Centro de Direitos Humanos da Arquidiocese e um sacerdote empenhado no trabalho junto aos agricultores. Isto revela um pouco o clima que pairava no ambiente. Apesar disso, procurou-se criar, durante todo o Encon-

tro, atmosfera de sã distensão, ao lado de algumas medidas de prudente vigilância. As pessoas simples e pobres encontram-se mais expostas a represálias por parte de autoridades arbitrárias e faz-se mister protegê-las contra essas possíveis arbitrariedades. Além disso por causa do crescente interesse que a temática das Comunidades de base tem despertado dentro e fora da Igreja, foi necessário criar severa seleção dos participantes, sobretudo de curiosos eclesiásticos ou não, a fim de não transformar o Encontro num "happening".

Mais. Desde a revisão que se fez do Encontro de Vitória, tomou-se a firme decisão de que as Bases assumiriam o desenrolar do Intereclesial de João Pessoa. Para que isso fosse possível foi necessário restringir ao máximo a participação de pessoas que não pertencessem ao povo. E a equipe de organização de João Pessoa cumpriu, não sem certo constrangimento, essa decisão à risca. Só os que foram convidados, seja porque eram agentes de pastoral da CEB escolhida ou assessores que já vinham acompanhando esse processo há tempo, podiam participar. Esse rigor gerou certo clima de esoterismo e extrema cautela na vigilância, emitindo para fora a imagem, não correspondente à realidade, de tratar-se de reunião secreta. Enquanto que na realidade tratava-se de um Encontro Eclesial de pastoral de base, onde as pessoas viveram ambiente fraterno, aberto, sem defesa.

PREPARAÇÃO

Antes de chegar-se a João Pessoa, percorreu-se itinerário de preparação bem planejado em diversas etapas. Na primeira etapa, a Igreja de João Pessoa escreveu às comunidades, agentes e bispos que participaram no Encontro de Vitória de 1976, pedindo que entrassem "em contacto com os grupos de base que, através de ações concretas, manifestam um compromisso real na luta para se libertar" e enviassem "os nomes e endereços das pessoas que julgavam representar de modo significativo essas comunidades". Num segundo passo, a equipe de Coordenação de J. Pessoa, através dos coordenadores dos regionais, entrou em contacto com as comunidades de base selecionadas para o Encontro a partir do critério de seu compromisso com o processo de libertação. Este critério tem sua relevância, para que não apareça com o nome de CEB algum grupo que esteja em outro tipo de perspectiva e prática. Essas comunidades deviam preparar um relatório, no qual descrevessem "os passos dados no caminho da libertação". Como roteiro de apoio se fizeram quatro perguntas: qual é a realidade em que a sua comunidade/grupo está situada? Como está organizada esta sociedade? Qual a atuação da comunidade? Qual o funcionamento

de sua comunidade? Essas perguntas visavam a precisar o tema geral escolhido em Vitória: Análise da realidade na evangelização libertadora. Os relatórios deveriam ser feitos pela própria base, no seu estilo e modo próprio, sem interferência de agentes intelectualizados. Diferentemente de Vitória, onde a maioria dos relatórios refletia o estilo de pessoas estudadas, pedia-se aqui que se entregasse às próprias bases, os recursos de que dispõem, toda a tarefa da redação. Além disso, insistia-se que os relatórios não fossem obra de uma pessoa, mas fruto da reflexão de toda a comunidade ou grupo. Deveriam ser enviados a J. Pessoa até o final de novembro de 1977.

O resultado de tal etapa surpreendeu-nos a todos. Recebemos mais de 160 relatórios vindo das CEBs. Naturalmente, eles significam mais que 160 comunidades, já que alguns refletem a vida de diversas comunidades. O conteúdo e o tamanho são extremamente diferentes. Uns são trabalhos mais alentados, traindo uma pena mais acostumada a escrever, seja porque a comunidade revela nível de escolaridade superior, seja porque foram escritos por agentes de pastoral. Outros não passam de uma página, escritos por mãos pouco afeitas à arte de Vaz de Caminha. Há boa quantidade de relatórios, que, sem nenhuma dúvida, não somente transmitem a visão da realidade das bases, mas também foram redigidos por elas mesmas. Nisso, temos um passo à frente em relação aos de Vitória.

Esses relatórios serão objetos de estudo crítico-analítico por parte dos assessores do Encontro. Em Vitória, esse trabalho fora feito antes da Assembléia e enviado às bases. A experiência não resultou positiva. São dois gêneros literários bem diversos, o dos peritos e o das bases. Por isso, dessa vez resolveu-se que tais elaborações se façam em vista do público eclesial, que está à espera de aprofundamentos teológicos desse fenômeno das CEBs. Projeta-se, pois, publicar pelas Vozes, no correr do ano próximo (1979), essa série de reflexões onde os assessores tematizam, em discurso teológico, o que viveram em nível de experiência no Encontro e perceberam através do contato com os relatórios das bases. Com o aumento das CEBs que elaboraram relatórios, encontramos-nos diante do impasse editorial, já que a publicação de todos eles, significará volume grande demais. Provavelmente, as Vozes solecionarão alguns julgados mais significativos para a publicação. Entretanto, toda essa literatura teológica popular — a Kleinliteratur de que falam os exegetas — revela muito da vida de fé das CEBs e por isso merece atenção. É a nossa "imprensa nanica" em relação à grande empresa editorial da teologia ilustrada.

A fase seguinte constituiu em Reuniões Regionais, realizadas, em geral, entre os meses de dezembro e janeiro. Cada comunidade/

grupo que elaborou relatório, enviou dois representantes para esse Encontro Regional. Houve dez: Pará, Ceará, Nordeste I (Sergipe-Alagoas), Nordeste II (Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte), Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Centro (Bahia, E. Santo, M. Gerais) Sul (RS e SC) e Goiás. Duraram dois a três dias. Colocaram em comum o conteúdo dos relatórios das CEBs que representavam, procurando descobrir nas experiências relatadas os sinais de esperança, de libertação e/ou de opressão, existentes nos grupos, organizações e região. No final do Encontro, fizeram a escolha das comunidades que iriam participar do III Encontro em João Pessoa, como representantes da Região. Colocou-se como condição imprescindível para participar no Encontro Nacional, o ter participado do Regional.

Os Encontros Regionais elaboraram um relatório do seu resultado, isto é, uma síntese, seja dos relatórios das CEBs representadas, seja das ulteriores discussões. Com isso, encerrou-se esta etapa. Interessava nessa fase, que os participantes da caminhada descobrissem a relação existente entre os sinais de libertação encontrados e a análise da realidade feita pelas comunidades, ainda que de modo elementar.

A *quarta etapa* consistiu em devolver às bases as reflexões feitas nos Encontros Regionais para um aprofundamento da análise da realidade e dos sinais de libertação em curso através da ação da comunidade. Durante os meses de fevereiro e março, as comunidades deveriam entregar-se a tal tarefa e elaborar mais um relatório com o resultado dessa ulterior pesquisa e análise. Em fins de abril, tais relatórios deveriam estar em J. Pessoa. Contudo, parece que essa etapa já foi exigir demais, em nível de relatório, para comunidades mais acostumadas a tradições orais que escritas. De fato, disponho somente de dois relatórios de comunidades, sendo que mais de 160 tinham iniciado o processo. É difícil saber se na verdade aconteceu, pelo menos, em nível oral esse aprofundamento. No projeto da Equipe de Coordenação, essa fase deveria ser a preparação mais imediata para o Encontro Nacional. Os seus participantes teriam então confrontado com as bases que representam aquelas reflexões mais universais que fizeram nos Encontros Regionais, corrigindo assim alguma generalização apressada ou empobrecedora. Teoricamente, parece excelente. Mas ultrapassou, na prática, as medidas de tempo, disponibilidade, e outras circunstâncias de vida das comunidades. Provavelmente tal idéia se concretizará agora, depois do Encontro Nacional, quando os participantes irão relatar às suas bases de origem o que viveram, ouviram e falaram. Nesse momento, far-se-á a descida e devolução ao povo daquilo que viera dele, de forma mais elaborada e trabalhada pelo confronto crítico com outras experiências.

O DESENROLAR DO ENCONTRO NACIONAL

Foi uma verdadeira festa das Comunidades de base! Alegria dos pequeninos e dos pobres! Vinham uns de longe, carregando nos músculos noites e dias de viagens de ônibus. Uma mocinha do RS bateu o record com 85 horas de estrada. Alguns já tinham chegado uns dias antes, aproveitando a viagem para conhecer outra região do país. No dia 19 de julho, até às 17 hs., deveriam estar todos no Centro de Treinamento Miramar, na cidade de João Pessoa, PB. A estada durante os 4 dias ficou por conta da Equipe de Coordenação que recebeu uma ajuda financeira para tal. Digasse de passagem, que a "Adveniat", solicitada a ajudar, negou-se, perdendo ótima ocasião de mostrar verdadeiro espírito eclesial e de solidariedade com as comunidades pobres.

Na primeira assembléia geral, depois do jantar houve a apresentação das 53 comunidades presentes de 46 dioceses diferentes. Havia alguns convidados estrangeiros do México, Bélgica e Chile. Com grande alegria, constatou-se a presença de duas comunidades evangélicas, uma de Brasília e outra de Osasco. Estavam presentes 17 bispos e nove assessores. Dezesseis pessoas constituíam a equipe de serviço. Eram mais de 150 participantes no Encontro. Recordando que esses participantes foram escolhidos como representantes não somente de suas comunidades, mas de muitas outras que se reuniram no Encontro Regional, podemos dar-nos conta da densa representatividade eclesial. Verdadeiro Concílio de comunidades eclesiais de base! Temos nova figura teológica, que não tem configuração jurídica, mas já adquire, sem dúvida, relevância pastoral eclesial. Algo de novo está nascendo na Igreja de Cristo pela força do Espírito sempre presente e sempre novo! E a Igreja acontecendo como Povo de Deus e não simplesmente hierarquia. Aquilo que o Conc. Vaticano II afirmou com tanta clareza na "Lumen Gentium", sobre o Povo de Deus, anterior à constituição hierárquica da Igreja, não só na disposição didática do texto, mas teológica de compreensão, realiza-se no momento em que tantas comunidades se reúnem para refletir sobre sua ação pastoral juntamente com muitos de seus pastores, em âmbito nacional.

Duas vozes, a do arcebispo de J. Pessoa e a de um homem do povo da Igreja da Paraíba, abriram o Encontro, criando um clima de oração, de reflexão e de realismo. É a Igreja da Paraíba, que na alegria do Espírito acolhe tantos irmãos na fé, vindos de todas as partes do país, carregando em suas vidas tanto sofrimento, opressão, mas animados pela esperança da ressurreição libertadora.

Afirma-se a linha pedagógica central do Encontro: as equipes de decisão e de coordenação de agora em diante serão constituídas principalmente pelos representantes dos dois grandes grupos das bases, rural e urbana. A equipe de preparação apresenta o plano

para o primeiro dia, na esperança de que depois tudo o mais fosse levado conforme as novas equipes de coordenação e decisão determinassem.

Entre os participantes, encontrava-se o chefe indígena da aldeia de São Marcos, da tribo dos xavantes, Mt revelava em seu porte a dignidade hierárquica de um cacique. Na primeira noite em gesto, que num primeiro momento nos escapou o alcance, diante de toda a assembléia, em plena consciência de chefe de aldeia, tirou de sua cabeça o vistoso cocar que trazia e colocou-o na cabeça do "chefe" da Igreja local, D. José Maria. A D. Marcello, regalou um colar de corda, símbolo da amizade. Assim o chefe indígena ligava-se simbolicamente aos dois chefes da Igreja local, num gesto de amizade e respeito.

Logo de início pôs-se o problema da relação com a Imprensa. Não se creu prudente abrir as portas. Interessante notar como o povo simples tem profunda desconfiança diante dela. Devem ter tido experiências negativas de manipulações e mesmo de infiltrações de agentes no meio da Imprensa. Como as decisões foram entregues às bases, estas se opuseram a que os jornalistas entrassem. Doutro lado, para evitar suspeitas de clandestinidade, estabeleceu-se que cada dia alguns bispos e assessores tivessem contacto com os jornalistas. Além disso, à noite, também bispos e assessores se revezariam num debate com as pessoas da cidade interessadas e que não puderam participar. Era esse o meio de fazer a ponte entre o Encontro e a expectativa de muitos jornalistas e fiéis.

O primeiro dia de trabalho foi dedicado à análise descritiva da realidade, em que as comunidades se encontram, e de sua atividade. Iniciou-se com uma oração organizada pelas comunidades do Ceará. Celebração da palavra. Impressiona a facilidade com que o povo simples participou. Tivemos uma liturgia em que os bispos, sacerdotes e agentes de pastoral estiveram calados todo o tempo, enquanto que a palavra esteve exclusivamente a cargo das bases. As reflexões sucediam-se ininterruptas uma depois da outra, sem que ficasse algum tempo livre. Chama atenção como não existem esses longos silêncios ou hesitações tão comuns nas celebrações de pessoas mais intelectualizadas, que temem expor-se e por isso medem mais suas palavras, a fim de dizer pensamentos bonitos. O povo simples vai falando logo, sem muita cerimônia, pouco importando pelos juízos de teólogos ou bispos presentes. Com tanta fera teológica presente, muita gente teria seus temores de emitir juízos não condizentes com os últimos avanços da teologia. Por sua vez, num português arranhado e sem lapidar, um após outro ia exprimindo a ressonância que a leitura da Escritura tivera nele. Por isso, não sobrou tempo para os intelectualizados falarem, já que o espaço foi rapidamente ocupado pela simplicidade

das bases. Isto se vai repetir nos dias seguintes. Sem uma intervenção do encarregado da liturgia, esta se prolongaria longamente. Vários aludiam à igreja tradicional onde só o padre falava e sentiam-se felizes de poder tomar a palavra dentro da celebração. O texto escolhido para a reflexão fora a parábola do Semeador. Muitos, ao referirem-se às pedras ou espinhos, aludiam claramente às perseguições, torturas, opressões do Sistema. A idéia de esperança na caminhada, através da confiança do pequeno no pequeno, aparece em muitas reflexões.

Toda a manhã passou-se em grupos. Num primeiro momento, o critério principal para a separação dos grupos consistiu no fato de pertencer ao setor urbano ou rural. Os bispos e assessores se dividiram pelos diferentes grupos, com a recomendação de que simplesmente ouvissem. Somente as bases deveriam falar, descrevendo, a seu modo, a realidade e a ação da própria comunidade. No meu grupo havia 7 pessoas da base de área urbana e foram necessárias mais de 3 horas para que todos pudessem expor sua realidade. Usam estilo extremamente analítico, descritivo, com uma lentidão diferente de nosso modo sintético e rápido de pensar. São narrações marcadas fortemente pela nota comum da luta, do sofrimento, da situação adversa em esforço de melhorá-la. Pareciam pequenos Davis com sua funda diante do Golias do Sistema, sem desanimar nem abrir mão. Apesar de todos serem de área urbana, mediava enorme distância entre aqueles que trabalhavam em setor industrial como São Paulo e Volta Redonda e os que se encontravam em pequenas cidades. Para os primeiros, os problemas do sindicato e das condições de moradia assumiam a primazia. O aspecto eclesial não aparece tão explícito na consciência e na prática, já que o diretamente sócio-político se impõe com toda clareza. Nas pequenas cidades, o elemento religioso-eclesial desempenha papel decisivo como mediação de conscientização e organização. Uma mocinha do interior da Paraíba contou-nos como sua comunidade transformou a festa da Padroeira e da colheita em festa do povo, e que antes era praticamente organizada pelos mais ricos e para eles mesmos, ficando os mais pobres de fora, como meros expectadores. Com isso, deixou de ser uma festa que rendia dinheiro, para tornar-se a festa da união de todos, evitando leilões caros. A festa se faz com as pequenas prendas que todos trazem conforme suas escassas possibilidades e se vendem a preço menor que os da feira. E o pequeno lucro reverte para os mais necessitados.

De toda essas descrições, podemos perceber como as comunidades vão crescendo com suas pequenas práticas de libertação. Em todos já aparece a superação da consciência mítica de que Deus faz e o homem espera passivamente. Constante em todas as narrações a consciência de serem sujeitos de transformação da realidade, ainda

que em minúsculas situações. A necessidade eufórica de muitos em querer contar longa e detalhadamente sua prática pastoral e política, sem fazer tais distinções tecnicamente, revela já grau de consciência política.

A segunda parte da tarde foi dedicada a dois plenários separados. O pessoal da área urbana de um lado e o da rural de outro reuniram-se para ouvir os relatórios de cada grupo. Alguns conseguiram fazer uma síntese, colhendo os pontos comuns e divergentes do grupo, outros repetiram mais resumidamente aquilo que cada membro tinha dito. Para nosso gosto intelectualizado, foi processo longo e repetitivo. Entretanto, psicologicamente exerceu importante função, pois cada um queria ouvir de público como sua experiência era relatada, valorizada. E não poucos se levantavam, complementando-a, repetindo tudo que tinham falado durante a manhã. Com isso as 3 horas da tarde não foram suficientes. Ninguém queria apressar. Diziam que vieram de longe para "botar fora as idéias que tinham na cabeça" e por isso queriam tempo para falar.

O povo simples agüenta muito mais que nós estar ouvindo longas horas. Pudera, faz 4 séculos que vivem ouvindo e nós falando. Quando se inverte o papel, sofremos. Na revisão do dia, à noite, alguns da base observaram como os bispos e assessores não conseguiram ficar calados ouvindo e ora saíam da sala, ora cochichavam entre si enquanto que o pessoal simples escutava tranqüilamente e esperava sua vez para falar. Mesmo entre os da base manifestou-se certa tensão, pois os operários que vinham dos grandes centros, mais acostumados a um tipo de pensar racionalizado, forçavam a barra em relação aos vindos do campo ou de cidades pequenas. Num dado momento, um agricultor verbalizou essa tensão, dizendo que se se corta a palavra lenta de um homem do campo, ele se fecha e não fala mais. Seu ritmo de palavra é diferente. Até o tom da voz é mais baixo. Não está acostumado a falar com o barulho de máquinas funcionando, como os operários. Essas pequenas tensões entre os diversos modos de falar, de ouvir, de expressar iam ajudando a todos a perceberem o outro na sua diferença e aceitarem-no.

Depois que se ouviram todos os grupos, o quadro resultante foi extremamente pesado. Aquela opressão, de que falam os sociólogos e tantos analistas da situação, apareceu-nos em linhas firmes de dentro da vida daquelas pessoas. São aqueles rostos, aquelas vozes, aqueles corpos ali presentes que retratam para nós o peso doloroso da opressão. Não é um substantivo abstrato, conclusão de um estudo. É o retrato vivo formado pelas biografias de tantos irmãos nossos, cujos rostos estão diante de nós na sua mudez sofredora. E naquelas vozes não aparece nem ódio, nem vingança, mas esperança de construir mundo justo e humano.

No plenário do setor urbano, um protestante narrou a prática libertadora de sua comunidade e concluiu como um presbiterano se sente unido à comunidade católica em luta pelo povo, em razão da mesma causa. E a resposta ecumênica explodiu em palmas por parte de todos. O que a ortodoxia não consegue realizar, a ortopraxis o faz. Onde a fé-ensinamento não consegue unir-se, a caridade-praxis lança a ponte da união.

No início do 2.º dia, depois de terminar os plenários em separado com os relatórios dos grupos que faltavam, volta-se a trabalhar em grupos. Desta vez, os agentes de pastoral, os bispos e assessores fazem grupo à parte, deixando os grupos do setor rural e urbano somente com gente da base. A tarefa consiste em julgar a realidade e a ação da comunidade analisadas no dia anterior. Para facilitar, a equipe de coordenação, em que a maioria de componentes é da base, oferece três perguntas como pistas, a modo de sugestão. Diante do quadro que nós fizemos ontem a partir das descrições das diversas comunidades:

1. qual é a raiz dessa situação descrita?
2. que coisa aduba essa raiz?
3. o que fazemos, aduba ou corta a raiz?

Com essas três perguntas, os grupos trabalharam mais 3 horas, em dois períodos. No final da tarde, em plenários separados, os relatores dos grupos rurais e urbanos expuseram as sínteses de seus grupos, procurando cada um desses plenários reduzir tudo a um único relatório.

No 3.º dia, houve o primeiro grande plenário, depois que os grupos e os plenários parciais tinham mastigado o tema: análise da situação e ação das comunidades. Os quatro grupos (rural, urbano, agentes de pastoral e bispos-assessores) apresentaram o relatório de suas discussões. Todos os dados foram escritos num imenso quadro-negro em quatro blocos. Assim tínhamos diante dos olhos um resumo de todas as análises. Num segundo momento, duas pessoas da base, uma da área rural, outra da urbana, tentaram ler por detrás do que estava no quadro. Um dos assessores tinha-os ajudado na preparação. Mas na hora, estavam lá os dois diante de um plenário de mais de 150 pessoas. Preocupados com os elementos que tinham preparado com o assessor e querendo de qualquer jeito transmiti-los, defrontaram-se com um plenário pouco desejoso em ouvir e mais interessado em comentar ele mesmo o quadro. Travou-se verdadeira luta pela palavra. De um lado, os dois líderes, também eles do povo, mas colocados naquele momento numa posição de docência, querendo a todo custo fazer valer sua palavra e doutro, vozes que se levantavam do plenário querendo apossar-se da palavra. Com dificuldade conseguiram os dois dar o recado. A experiência, que todos do plenário tinham de

suas comunidades e do próprio encontro, tornava-lhes inaceitável aquela "aula" intempestiva.

Analisando mais detalhadamente os 4 blocos de sínteses escritos no quadro-negro, pudemos observar como as análises eram bastantes coincidentes, apesar de estarem em linguagens diferentes. Os grupos dos agentes de pastoral e dos bispos-assessores exprimiam em termos mais técnicos, com mais dados informativos, aquilo que os grupos rurais e urbanos de modo sintético e intuitivo formularam. Estes, ao analisar a raiz da situação de opressão que haviam descrito, apontaram causas de natureza econômica, política e ideológica, sem usar esses termos naturalmente. Percebiam que era a política econômica que os mantinha naquela situação. Os poderes político e policial a sustentavam. Nem faltou alusão ao aspecto ideológico da ação de uma igreja tradicional. Ao responder à pergunta de como adubamos tal situação, apareceu ainda mais claro o fator ideológico dominante nas suas diversas formas de propaganda, loteria esportiva, sindicatos pelegos etc... Ao analisar a própria prática e ao relacioná-la com a situação de crítica ou reprodução do sistema, tiveram maior dificuldade. Dois pontos parecem como já bastante claros para os diversos grupos, conforme os relatórios: as raízes estruturais da situação de opressão e os fatores de sustentação de tal situação. Não conseguem, contudo, ver com clareza, se as próprias práticas são recuperadas pelo sistema ou exercem função crítica. Não é de estranhar, pois tal análise é bem mais difícil para todos nós, já que o sistema tem extrema argúcia em cooptar e recuperar as forças adversas. Numa linha de caminhada, parece-me que a pastoral deveria insistir mais na análise das práticas pastorais em relação à situação, ao sistema dominante e não simplesmente deter-se numa crítica ao mesmo. Etapa ulterior que requer pequenos instrumentais de análise de nossas diferentes práticas. A nossa atenção deverá voltar-se para aquela pergunta que se fez aos grupos: o que fazemos aduba ou corta a raiz? *Esta parece ser a pergunta mais importante* como prosseguimento do que se fez até agora, pelo menos, para muitas das comunidades.

Na parte da tarde do 3.º dia, começou-se a última parte do trabalho. Com grupos mistos de agricultores e operários, tendo diante dos olhos aquele quadro sintético dos relatórios, tentou-se prosseguir a discussão. Duas perguntas serviram de apoio: que é que precisa mudar na nossa ação para cortar melhor essas raízes? que é que se precisa para nossas CEBs enfrentarem e cortarem essas raízes? Essas duas perguntas queriam provocar descoberta de pistas de ação de prosseguimento na caminhada das CEBs.

No 4.º dia, houve um plenário em que se expuseram os relatórios dos grupos com as principais linhas de ação. A partir desse material, dois elementos da base, escolhidos pelo plenário, ficaram

encarregados de redigir as conclusões do Encontro. Os assessores ajudaram, não diretamente na redação, mas na organização do material. De fato, um assessor tinha dado um arranjo prévio. O plenário preferiu que a redação final fosse dada à base, em coerência com toda a linha assumida no Encontro.

Houve quatro tipos de pistas. Há uma *afirmação geral de princípios* em relação ao compromisso com o Evangelho de Jesus Cristo, acolhido na fé da Igreja, ao engajamento numa transformação do mundo, a partir dos interesses do povo pobre e em comunidade. Quanto à *atuação no mundo*, afirma-se a necessidade de participar dos meios políticos existentes na luta pela terra e pela participação na posse comum dos meios de trabalho. Quanto à *atuação na Igreja*, exigir participação e representatividade das CEBs junto aos órgãos eclesiais, criar um espírito de comunidade entre todos e fazer celebrações mais adequadas à vida e cultura populares. Quanto à *análise da realidade*, volta-se a insistir na necessidade de conhecer o que está atrás do que percebemos, num trabalho feito em comunidade, assumindo a própria condição de classe oprimida e confiando uns nos outros. Quanto à *maneira de conhecer essas coisas*, torna-se a reafirmar a importância de organizar-se em pequenas comunidades populares, procurando analisar corretamente a própria ação, dentro de uma compreensão mais ampla da realidade.

Poderíamos talvez resumir numa frase a principal linha que decorre das sugestões: adquirir educação política e pastoral de modo que as ações das comunidades sejam lúcidas, não adubando mas cortando a raiz geradora da situação de opressão, em que vivem.

Nos últimos plenários assistimos a dois gestos simbólicos de suma importância. Como já dissemos mais atrás, o pessoal, consciente de ser representante da Igreja de base, de praticamente todo o país, quis exprimir seu desejo de estar presente em Puebla através de alguns membros do Encontro escolhidos por eles. Além dos 4 bispos já mencionados (D. José María, D. Tomás Balduino, D. Pedro Casaldáliga, D. Luiz Fernandes) escolheram quatro agentes de pastoral (dois padres, um frei, uma religiosa) e 4 leigos, entre eles o chefe indígena Aniceto Tsudzawéré e representantes do campo e da cidade. Em outro gesto simbólico, dois da base eleitos por todos, escreveram uma carta, lida e aprovada por aplausos, a ser enviada aos bispos reunidos em Puebla em termos simples e extremamente evangélicos. Numa das frases, aludem à esperança de que reafirmem a linha de Medellín, que fora para eles ajuda na caminhada até o presente momento.

O Encontro encerra-se com a celebração da Liturgia Eucarística. Nos dias anteriores, sempre houve uma celebração, ora eucarística, ora da palavra. Entretanto, elas não tiveram a mesma expressi-

vidade simbólica como as do Encontro de Vitória. Houve menos criatividade. Ficou-se praticamente reduzido a reflexões sobre textos bíblicos, sem uso de gestos e ritos simbólicos, tão próprios das bases. A liturgia final, porém, desfez um pouco essa impressão com sua riqueza. D. José Maria presidiu a celebração, trazendo na cabeça o cocar que recebera do cacique xavante. Como sinal de contrição pelos séculos de exploração por parte do branco em relação ao índio, D. José Maria doou ao chefe Aniceto a cruz peitoral que recebera de Paulo VI em Medellín. D. João Batista, arcebispo de Vitória, recordou, não em tom de triunfo, e sim de luto e arrependimento, que o nome de sua Sé arquiiepiscopal se deve a uma vitória que os brancos tiveram sobre os índios, massacrando-os. Atribuíram tal extermínio à intercessão de N. Sra. das Vitórias. Em gesto de reparação presenteou o chefe xavante com uma medalha, que lhe tinha sido dada pelo Papa João XXIII.

No abraço da paz, sortearam cada vez o nome de duas comunidades. Um representante de cada uma abraçava o outro prometendo em nome de sua comunidade estabelecer uma relação especial entre elas, seja por correspondência, seja por visitas, mas sobretudo pelo vínculo da fé e oração. Depois da comunhão sobre as duas espécies, quis-se simbolizar a comunhão entre o operário e o agricultor, através de participação de um no fruto do trabalho do outro. Os agricultores comiam um biscoito, obra dos operários, estes, por sua vez, comiam de um cuscus doméstico, como expressão do fruto da terra. Com isso, queriam significar uma comunhão profunda na mesma causa, na mesma luta pela libertação contra a opressão que os afeta igualmente no campo como na cidade, ainda que sob formas diversas.

Durante o Encontro, os dias estiveram totalmente ocupados com as dinâmicas. O tempo após as refeições ficou para os serviços de copa e limpeza. As noites foram deixadas livres para encontros informais. Numa delas, o chefe xavante fez uma longa exposição sobre a sua luta de sobrevivência contra as incursões dos fazendeiros. Em linguagem plástica, simples, rica em pormenores, narrou como até hoje eles se têm mantido firmes na defesa de suas terras contra a cobiça do branco. Houve também longa dramatização, organizada fundamentalmente pela comunidade do Acre, onde se retratou o problema da expulsão do interior, do seringal, para a cidade, com todas as seqüelas de miséria e opressão. Praticamente foi improvisado, com enorme riqueza de pormenores e com rude realismo. Um senhor já de certa idade abanava pensativo a cabeça, repetindo continuamente: "é isto mesmo". Teatro que nasceu da vida, espontâneo. Era a consciência que se traduzia em gestos e palavras, revelando uma triste experiência de anos.

SIGNIFICADO DO ENCONTRRO

Foi, antes de tudo, a "festa das comunidades eclesiais de base". Celebrou-se na alegria e na esperança a vida, que o Espírito vem soprando dentro dessas células eclesiais. Na festa, esquecem-se sobretudo as pequenas agruras do dia-a-dia. Ressaltam-se os aspectos salientes, marcantes da existência. Na festa, vêem-se as realidades como em alto vôo. Os contornos aparecem nos seus traços principais, enquanto que os pormenores se perdem. O Intereclesial arrancou-nos as CEBs de seu húmus diário, com seus vaivém oscilantes, para no-las apresentar nas suas vigas mestras. E a vida é precisamente feita desses dois momentos: o dia-a-dia sem graça e momentos-síntese de alegria. Se a olharmos somente a partir do primeiro aspecto, ela nos parece aborrecida, sem vigor, sem perspectiva. E isso é falso. Se a consideramos desde o momento de festa, esquecendo o que está por detrás de anódino e prosaico, iludimo-nos no embalço enganador da celebração. Por detrás do domingo festivo, escondem-se seis dias de trabalho rotineiro.

Atrás da festa das CEBs está a dureza de um trabalho pastoral, com seus sucessos e fracassos, com sua caminhada e com o seu retrocesso. Foi-nos dado ver a face vitoriosa de uma luta. Por isso, o Intereclesial trouxe-nos imensa esperança como realidade *eclesial*. Quem vem acompanhando esse trabalho há alguns anos, percebe, com facilidade, seu crescimento. Algumas dimensões aparecem mais claramente. Foi uma festa de comunidades eclesiais. Se em outros lugares o caráter eclesial de comunidades de base se tornou problemático, não é, sem dúvida, o nosso caso. A eclesialidade aparece na consciência explícita, carregada de afeto e esperança, de sermos Igreja. Não se ouviam as críticas mórvidas e revoltadas de outros ambientes. Ser Igreja aparecia na espontaneidade com que se pensava a realidade eclesial de dentro, como algo a ser assumido por todos. O interesse por Puebla, o gesto simbólico de escolher representantes das Igrejas de base, as celebrações litúrgicas, o simples falar em nome da comunidade e tantos outros sinais revelaram a densidade da dimensão eclesial dos líderes das comunidades. Outro sinal inequívoco aparecia no enorme afeto que demonstravam em relação aos bispos de suas comunidades e principalmente àqueles que estavam presentes. Vários perguntavam pelos seus nomes para copiarem-nos e guardarem-nos no coração como sinais vivos da visibilidade da Igreja comprometida com os pequenos e pobres. Não se tratava da lisonja ao poderoso, mas do afeto ao irmão de caminhada.

Estávamos diante de uma *Igreja de base, popular*. Fato novo. Não no sentido de que pessoas simples e pobres nunca pertencem

ceram à Igreja. Não. Faz parte da longa tradição da Igreja, sua face popular. Festas, procissões, grandes celebrações reúnem multidão de gente simples e pobre. No interior, as nossas igrejas e capelas se enchem de tais pessoas. O novo consiste, entretanto, em que agora essas comunidades eclesiais começam a ser conduzidas por elas, no nível da deliberação e da decisão. Aquelas pessoas que ali estavam, em trajes pobres, não eram simples multidão de fiéis para um ato religioso. Eram líderes de comunidades, acostumados a assumir sobre si a responsabilidade da caminhada espiritual, litúrgica e pastoral de suas comunidades, em diálogo deliberativo e decisório com os seus membros também eles pobres e simples. Vimos as faces de homens maduros, rudes na aparência, que, em plena consciência, assumiam papel decisivo em suas comunidades. Com isso, a maneira de a Igreja configurar-se e acontecer nos diversos lugares modificava-se. Eles impregnavam-na com as marcas de sua pobreza e com o sinete popular de sua cultura. Este é o grande fenômeno que está acontecendo a nossos olhos, ainda não acostumados e incapazes de prever as conseqüências para o futuro. Uma Igreja popular de homens maduros e não de mulheres ou crianças e jovens.

Isto se reflete desde a celebração, que é conduzida por eles, até na pastoral onde a presença masculina é mercante, ainda que não exclusivista. Pois, também estiveram presentes mulheres e jovens profundamente engajados e responsáveis na mesma caminhada. O cunho popular aparece, também, no discurso implícito e explícito. A gramática, a linguagem, os giros de palavras, a pronúncia, tudo, enfim, revela o modo popular. Além disso, freqüentemente voltavam expressões que reafirmavam expressamente a sua condição de pobres, de gente simples, em forma até mesmo pitoresca. Dizia um deles que o pobre é como o ônibus descendo em curva, que mesmo quando está em cima, tem medo. "Nós, a Igreja dos pequenos", éramos a frase introdutória de muitas intervenções.

Em relação ao Encontro de Vitória, a dimensão política se fez mais fortemente explícita no discurso dos participantes. Evidentemente o tema do encontro facilitava. Pois, ao confrontar a prática da comunidade com a análise da realidade, puderam perceber o alcance político dela. Sem dúvida, houve enorme crescimento, seja em nível de consciência, como de prática nas CEBs. Esse crescimento processa-se de modo simples, quase que linear, à medida em que essas comunidades vão assumindo a vida real e vão compreendendo a unidade profunda entre o Reino de Deus e a caminhada histórica. Um deles disse de modo simples mas contundente, superando todo dualismo: "onde se acaba o corpo, acaba tudo". As descrições são envoltas em linguagem religiosa, carregada de fé. Atingem, porém, as estruturas políticas, econô-

micas, ideológicas da Sociedade. Não usam tais palavras. Entretanto continuamente trabalham com elas com bastante rigor, distinguindo-as. Ora falam de raiz (nível econômico), ora falam de tronco, de casca para referir aos poderes sustentadores, políticos e ideológicos. Num linguajar simples e acessível, conseguem fazer análises bem pertinentes, deixando perplexas as mentalidades elitistas, que jamais poderiam esperar tal fato. Num momento discutiu-se a relação com a imprensa. Pudemos perceber como as bases têm profunda desconfiança dos jornalistas, como funcionários de ideologias e, por isso, torcem conforme seus interesses os fatos e as afirmações. No fundo, tratou-se de excelente discussão, em termos populares, do papel ideológico da imprensa. Posição muito mais crítica que muita gente de elite que pensa que a função da imprensa é de mera informação "neutra" dos acontecimentos. Sabiam perfeitamente que conforme fosse a posição ideológica do jornalista, as suas informações seriam positivas ou negativas. Em outros momentos, apareceu a mesma posição diante dos políticos. Certamente, comunidades como as que estavam presentes não se deixarão facilmente enganar por discursos de políticos. Já adquiriram capacidade crítica e de análise da prática de quem fala. Não basta mais o simples discurso populista.

Finalmente, o Intereclesial situou-se numa dimensão pascal. Pois a nota dominante foi a teologal de sofrimento e esperança. Povo que crê e confia sem hesitação em Deus. A partir dessa confiança, surge a esperança de que os sofrimentos em que se encontram serão superados através da força de Deus e do empenho das comunidades. A cruz é a dimensão do presente. Mas não é nenhuma fatalidade, nem objeto da complacência de Deus, a não ser na medida em que ela acende o espírito comunitário em direção à vida, à ressurreição, à libertação. Essa estrutura teologal reaparecia freqüentemente nas orações, nas celebrações, nas discussões, nas exposições, nos plenários. Os cantos possuíam vigor único, não só através da expressividade da letra, como da animação com que cantavam.

"A graça de Deus deve ter casa aberta para todo mundo", observava o relator do Acre. Foi isso que presenciamos em João Pessoa. A graça de Deus mostrou-se aberta para todo mundo, que estivera lá com simplicidade de coração, na busca de construir um mundo melhor. Assistimos a um acontecimento em que um povo a quem seqüestraram durante séculos a terra, o poder, a palavra, começava então a recuperar essa palavra na Casa de Deus. E lá sentia a alegria de quem descobria que era filho de Deus. Mais. Descobria que era irmão de Jesus, a Palavra de Deus, e por isso não podia ficar acomodado e parado no silêncio da opressão. Assumindo a palavra, percebiam que estavam assumindo o próprio destino e

nisso realizavam o Plano de Deus. Essa experiência eclesial e teologal foi uma experiência de libertação. Assim, surge para nós a esperança de que toda experiência de libertação de um povo que assim experimentou Deus, seja também ela experiência de Deus. E os medos de uma libertação atéia se esvaem diante da limpidez religiosa e de fé dessas comunidades eclesiais de base. A festa terminou no dia 24. Mas a rotina da caminhada continua. Esperamos que a vida dessas CEBs vá crescendo e outras muitas surjam. Delínea-se novo perfil de Igreja!